

Resenha

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.

Gisele Quadros Ladeira Chornobai*

Criados a partir de 1890 no Estado de São Paulo, os Grupos Escolares eram um símbolo do Estado Republicano que se organizava. Como parte de um projeto mais amplo que considerava a universalização do ensino como uma das características da República, representavam a idéia de “modernidade” através da mudança na concepção e organização da escola.

No início do século XX, os educadores mineiros, influenciados pelo entusiasmo de paulistas e cariocas, passaram a defender a idéia de organização da instrução pública primária na forma dos Grupos Escolares em detrimento das escolas isoladas, que representavam todo o “atraso” do Império.

Tendo como foco de investigação a educação pública primária na cidade de Belo Horizonte, dos primeiros anos ao final da segunda década do século XX, a obra de Luciano Mendes de Faria Filho – *Dos pardieiros aos palácios* – constitui-se em uma importante reflexão sobre o início da República enquanto motivo de transformações na educação brasileira e, mais especificamente, mineira.

O autor põe em evidência, através da investigação da documentação encontrada, a atuação dos sujeitos da educação mineira e, mais do que isso, as representações que esses sujeitos fazem de sua atuação. Vale ressaltar que os “personagens” considerados na obra não são apenas os dirigentes da educação mineira, mas educadores diretamente envolvidos no cotidiano das escolas mineiras.

* Professora Assistente - História da Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa; mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. chornobai@aol.com.br

Utilizando-se do conceito de representações de Roger Chartier, Faria Filho reconstrói a trajetória da organização da escola primária em Belo Horizonte – “os diversos sujeitos implicados na educação belo-horizontina no período produziram uma nova prática ao produzirem e veicularem suas *representações* sobre elas.” (p. 19) Ainda utilizando-se de Chartier, o autor percebe a documentação encontrada como “uma prática de imposição das representações pelos seus produtores em relação a outros sujeitos sociais”. (p. 20)

Faria Filho considera como uma das principais fontes de pesquisa os relatórios de diretores e inspetores de ensino. Na análise dos mesmos, o autor se utiliza do conceito de *apropriações* de Roger Chartier e evidencia a atuação dos educadores quanto ao entendimento e divulgação da produção pedagógica mundial.

Para o autor, “os relatórios analisados, apesar de sua especificidade e de suas lacunas, podem ser tidos como um *corpus* documental pleno de sentido”, sendo esse um dos principais fatores pelos quais foram privilegiados. (p. 18) Nesse mesmo caminho, o autor se utiliza ainda das reflexões de Certeau sobre a construção de textos.

A organização da escola primária de Belo Horizonte é percebida pelo autor em suas relações com a organização urbana da capital mineira; a construção de grupos escolares de arquitetura sofisticada – os palácios – passa a se contrapor às instalações precárias das escolas isoladas – os pardieiros – como uma demonstração da “modernidade” proposta pela República.

Este é um aspecto bastante interessante da obra em questão – a visão da “trajetória da escola nas trilhas da cidade”. (p. 16) O próprio título da obra é elucidativo nesse sentido: os grupos escolares que passaram a ser construídos em regiões centrais e pontos estratégicos eram considerados *palácios* da modernidade: pensados como *locus* próprio da cultura escolar, eram vistos como instrumentos de progresso e mudança. Por outro lado, as escolas isoladas eram tidas como símbolo do passado e da miséria, já que funcionavam em *pardieiros*, locais inadequados e sem o material pedagógico necessário.

Entende-se, portanto, as expectativas com relação aos grupos escolares como demonstra o texto de Estevam de Oliveira, inspetor de ensino em 1902: “É esta instituição que há de reerguer o nosso ensino primário do estado de miséria a que se chegou. [...] A substituição gradativa da escola singular pela escola coletiva é o instrumento mais aperfeiçoado para o ensino integral.”

Buscando acompanhar as tentativas de modernização da escola primária, Faria Filho encontra uma documentação valiosa, até então não visitada, que indica as expectativas e os temores dos educadores mineiros com relação

à introdução dos grupos escolares. Vale ressaltar que o autor deixa transparecer em seu trabalho a preocupação em considerar, na mesma perspectiva que Le Goff o faz, que toda documentação pesquisada é produzida em um determinado contexto e por sujeitos com as mais diversas intenções. Além disso, a própria escolha de sua trajetória denota a parcela de imparcialidade, nesse sentido bem-vinda, do historiador. É assim que, no primeiro capítulo – A escola, a fábrica e a cidade: forma escolar e práticas urbanas –, o autor analisa as relações entre a construção dos grupos escolares e o reordenamento urbano de Belo Horizonte.

No segundo capítulo – Educação e cultura escolares: ordenamento espacial e temporal do fenômeno educativo –, as práticas escolares são analisadas do ponto de vista do tempo, do espaço e da noção de ordem escolar.

O terceiro capítulo – Escola, relações de gênero e identidades profissionais – tem como tema a construção da identidade profissional dos sujeitos da educação. Nesse sentido, o autor trabalha com a categoria de gênero, o que lhe permite redimensionar a atuação da mulher no cotidiano educacional mineiro.

No quarto capítulo – Materialidade e formalidade das práticas escolares –, são apresentadas as condições materiais do trabalho docente; nele, o autor aborda os anseios dos educadores no que diz respeito à concretização dos ideais de modernização. Entram em cena as preocupações com o número de alunos, procedimentos metodológicos, inadequação do material didático, procedimentos avaliativos e outros aspectos que dizem respeito às práticas escolares.

O quinto capítulo – Educação escolar: escolarização de conhecimentos, cultura e poder – analisa os conteúdos escolares, que são vistos como uma das modificações resultantes da racionalidade pretendida nos grupos escolares; não só a população deveria ser conformada aos novos ideais de disciplina e obediência, como era de extrema importância o domínio de conteúdos tidos como básicos na cultura urbano-industrial que se instituiu.

As observações da professora Maria Cecília Sanchez Teixeira, na apresentação do livro de Rosa Fátima de Souza – *Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)* –, quanto à escolha de fontes e a utilização das mesmas pela autora, cabem à obra de Faria Filho, no sentido desse autor também escrever uma “nova história da educação”.

Para a professora Maria Cecília “... a autora volta-se para os aspectos internos, miúdos e, às vezes, anódinos e irrelevantes para a história ‘oficial’, e utiliza, com muita segurança e propriedade, as fontes documentais, das quais extraiu as representações dos profissionais da educação sobre a cultura escolar.” (TEIXEIRA, 1998, p. 12)

Isso não significa perder de vista o contexto mais amplo, uma vez que, tanto a obra acima mencionada como a que aqui é analisada, mostram-se preocupadas em entender o significado político e sociocultural das transformações vivenciadas pela escola brasileira.

Faria Filho se propõe a entender as transformações ocorridas na educação pública primária de Belo Horizonte, no início do século XX, como parte do processo de reordenamento da cidade. Não há dúvidas de que consegue. Ao considerar as vozes, os procedimentos, as críticas e até os anseios que perpassam os relatórios dos educadores mineiros da época, o autor põe em destaque a ação de sujeitos até então desconsiderados e de fundamental importância para a construção da “moderna” educação mineira.